

ACTA DA **SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM**, DO DIA DOZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E SETE-----

Aos doze dias do mês de Janeiro de dois mil e sete, reuniu pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho de Santiago do Cacém, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

-----**ORDEM DO DIA:** -----

3. Danos decorrentes das intempéries de 3 e 4 de Novembro de 2006, no Município de Santiago do Cacém. -----

5. Actividade Autárquica. -----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Alexandre António Cantigas Rosa, Maria Olímpia Lampreia Silva, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, João Saraiva de Carvalho, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Albano Joaquim Mestre Pereira, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos. -----

Não compareceram os membros: José Augusto Sabino Diogo, Luís Filipe Nuno Florido Duarte, Margarida Isabel de Matos Pereira, Rui Manuel C. Madeira dos Santos e José Joaquim Catalino dos Santos. -----

Verificou-se ainda a presença do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença e dos senhores Vereadores, José Rosado, Álvaro Beijinha, Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma: -----

SUBSTITUIÇÃO DA 2ª SECRETÁRIA -----

Verificando-se a ausência da 2ª Secretária, o Senhor Presidente nomeou “ad hoc” para o lugar a senhora Maria Olímpia Lampreia Silva.-----

RENÚNCIA AO MANDATO -----

O senhor Presidente informou que na sequência da renúncia ao mandato do senhor José Capela, foi convocado para o substituir o senhor Fernando Palminha, o qual se seguia imediatamente na lista do PS, tendo este também renunciado. Mais informou que não

foi possível convocar, em tempo útil, para esta reunião, o senhor Fernando Augusto Pereira de Sousa, o qual se segue na lista do Partido Socialista, e que o mesmo será convocado para a próxima sessão.-----

SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR JOSÉ ÉLIO SUCENA-----

O senhor Presidente colocou à apreciação da Assembleia, o pedido de suspensão do mandato, na presente reunião, apresentado pelo senhor José Élio Sucena, por motivo de ordem profissional.-----

Não foram levantadas objecções.-----

Mais informou que foi convocado o senhor António Afonso, que se segue imediatamente na lista da CDU, para substituir o senhor José Élio Sucena, não tendo o mesmo comparecido à presente reunião.-----

SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR JOSÉ CATALINO-----

O senhor Presidente deu conhecimento que o senhor José Catalino, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, é substituído nesta reunião, pelo seu substituto legal, senhor Albano Mestre.-----

-----ORDEM DO DIA:-----

3. Danos decorrentes das intempéries de 3 e 4 de Novembro de 2006, no Município de Santiago do Cacém.-----

Pelo senhor Joaquim Gonçalves, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção (o texto em negrito corresponde às alterações introduzidas no âmbito da discussão):-----

-----“MOÇÃO-----

No passado dia 3 de Novembro ocorreram no Concelho de Santiago do Cacém chuvas torrenciais que provocaram cheias nas Freguesias de Abela, Alvalade, Ermidas e São Domingos, tendo provocado graves prejuízos materiais no Plano Público com destruição de passeios, jardins, Estradas Nacionais e Municipais e no Plano Privado com destruição de habitações, muros, arrastamento de viaturas, perda de animais e bens de primeira necessidade **e prejuízos na Agricultura.**-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém reunida a 12/1/2007, na 2ª reunião da Sessão Ordinária de Dezembro de 2006, decide:-----

1º-----

Solidarizar-se com toda a População do Concelho, em particular com as populações de Abela, Alvalade, Ermidas e S. Domingos.-----

Enaltecer a pronta e imediata intervenção da Protecção Civil de Santiago do Cacém, dos Bombeiros Voluntários de Santiago do Cacém, Alvalade, **Cercal do Alentejo e das Estradas de Portugal na reconstrução da ER390, em S. Domingos**, das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal, no socorro às Populações, na tomada de medidas para a colocação de pessoas que viram as suas casas destruídas, na limpeza das Localidades mais afectadas, no levantamento dos prejuízos causados ao Município e às Populações, na pronta e rápida decisão de intervir nas vias de comunicação nomeadamente em S.Domingos e Abela.-----

Sublinhar a solidariedade das populações mais afectadas na sua entre ajuda quer na limpeza das lamas das suas habitações, quer na zona envolvente às mesmas.-----

Congratular-se pelas mensagens de solidariedade quer de figuras públicas, quer de muitos anónimos e sublinhar as medidas tomadas pela Caixa de Crédito Agrícola com a abertura de uma conta solidária, da Alma Alentejana (Associação de Alentejanos

residentes em Almada) com a recolha de roupas e dinheiro, de Autarquias da Região Alentejo com a entrega de materiais, de várias Estruturas de Solidariedade Social do Concelho que em conjunto com a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e as Escolas do Município levaram por diante a “Parada Solidária de Árvores de Natal” para recolha de fundos e do Mestre da Guitarra Portuguesa António Chainho, que decidiu realizar dois espectáculos totalmente gratuitos para recolha de fundos de apoio às Populações de S Domingos e Abela.-----

2.º -----

Manifestar a sua indignação e profunda preocupação por decorridos 70 dias das cheias e ao contrário do que aconteceu em outros concelhos também atingidos, o Governo não ter tido contacto directo com os órgãos autárquicos para encontrar soluções de apoio às Populações e ao Município, apesar da recepção do relatório pormenorizado dos prejuízos causados pelas cheias.-----

Exigir que rapidamente o Governo através do Ministério da Administração Interna e da Segurança Social em colaboração com a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia tomem as medidas necessárias de apoio às famílias mais carenciadas e no apoio financeiro na reposição das Estradas Municipais afectadas.-----

Lamentar a dualidade de critérios por parte do Governo no conhecimento do local das cheias e dos prejuízos causados ao Município e às Populações.-----

A Moção deve ser enviada para: Grupos Parlamentares, Ministério da Administração Interna, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e Senhor Primeiro Ministro, e deve ser publicada num Jornal de tiragem Nacional e num Jornal de tiragem Regional.” O Senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o senhor Albano Mestre, o qual deu conhecimento das mensagens e acções de solidariedade que chegaram à Junta de Freguesia de Abela: “da população, em geral; Câmara Municipal; Mestre António Chainho; Comissão Fabriqueira da Igreja de Abela; Caixa Agrícola; Empresa Cercas; Câmara Municipal de Mora; Junta de Freguesia de Santiago Maior; Direcção da Revista “Alma Alentejana”, e de vários cidadãos de outras localidades do País.-----

Informou que a Junta de Freguesia de Abela convidou as seguintes entidades para visitarem aquela localidade, a fim de avaliar “in loco”, os prejuízos causados pelas cheias: o 1º Ministro; Ministro da Administração Interna; Ministro das obras Públicas; Governadora Civil; Directora Regional da Segurança Social e Grupos Parlamentares dos Partidos com assento na Assembleia da República.-----

Mais informou que se deslocaram à Abela os senhores Deputados, Ventura Leite – PS, Fernando Rosas – BE, Miguel Tiago – PCP, Heloisa Apolónia – “Os Verdes” e Luís Marques, do Partido da Terra e Deputado do PSD.-----

Informou ainda que a Junta de Freguesia de Abela procedeu, de imediato, ao levantamento dos prejuízos resultantes da intempérie, os quais pretendia apresentar numa reunião com a senhora Governadora Civil, à qual já dirigiu quatro ofícios a solicitar a realização da mesma, sem êxito. Acrescentou que a senhora Governadora Civil se deslocou à Freguesia logo na manhã seguinte à noite da intempérie, mas ainda não tinham sido recolhidos aqueles elementos.-----

O senhor Joaquim Gonçalves deu conhecimento das seguintes entidades que colaboraram, em S. Domingos, no âmbito das cheias: “GNR; Câmara Municipal; Protecção Civil; EDP; Directora Regional da Segurança Social de Setúbal; Governadora Civil do Distrito de Setúbal; Bombeiros Voluntários de Santiago do Cacém; Bombeiros Voluntários de Cercal do Alentejo; Junta de Freguesia de Abela; Junta de Freguesia do Cercal; Junta de Freguesia de Santiago do Cacém; senhores, Albano Mestre; António Pereira Vilhena; Fernando Marques; Francisco Ventura; Armando Lourenço; José

Sobral; Hélder A. Raposo Gonçalves Costa; Dulce Espada do Ó Simões e Herdeiros; Arnaldo Frade; Ministério das Obras Públicas – Director das Estradas de Portugal; Grupos Parlamentares dos Partidos com assento na Assembleia da República; Assembleia de Freguesia de Ermidas Sado; Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Santiago do Cacém e todos os que contribuíram para a conta de solidariedade.”-----

Mais informou que o montante total de angariação de fundos de apoio às vítimas das cheias, foi de 3.477,00 (Três mil quatrocentos e setenta e sete euros), apurados no espectáculo de solidariedade com o mestre António Chainho, donativos e depósitos na Conta de Solidariedade aberta na Caixa Agrícola. -----

Referiu ainda que também na Freguesia de S. Domingos foi feito um levantamento dos prejuízos e que aquela verba vai ser aplicada na reposição de bens que as pessoas perderam, na forma que for mais correcta e justa.-----

O senhor Arnaldo Frade perguntou ao senhor Albano Mestre, se teve conhecimento de alguma intervenção das Estradas de Portugal e da Segurança Social, na sequência das cheias, nomeadamente a entrega de alguns equipamentos a residentes na Freguesia de Abela. -----

Questionou ainda, se o senhor Albano Mestre tem conhecimento de uma reunião promovida pela senhora Governadora Civil, em Abela, na qual o senhor Presidente da Junta de Freguesia não pode estar presente.-----

O senhor Albano Mestre informou ter conhecimento que a senhora Governadora Civil marcou uma reunião para uma determinada hora, tendo chegado quinze minutos antes, na qual o Senhor Presidente da Junta de Freguesia não pode participar, tendo delegado na sua pessoa, acrescentando que a senhora Governadora Civil não esteve presente na reunião, a qual foi presidida pela senhora Directora Regional da Segurança Social.-----

Mais informou que também teve conhecimento de outra reunião com a senhora Governadora Civil, a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia de S. Domingos e a Junta de Freguesia de Abela, a qual teve lugar na Casa do Povo de Abela, acrescentando que não era esta a reunião que tinham solicitado à senhora Governadora Civil, e que se tinham disponibilizado para se deslocarem ao Governo Civil, caso a senhora Governadora não tivesse possibilidade de vir a Abela.-----

Relativamente a apoios por parte da Segurança Social, começou por referir que devia de ter havido mais diálogo com os técnicos da Câmara Municipal e com as Juntas de Freguesia, para evitar a duplicação de esforços no mesmo sentido, quando os meios são reduzidos.-----

Mais informou que tem conhecimento que a Segurança Social entregou umas portas de alumínio a uma residente, a qual solicitou à Junta de Freguesia a sua colocação, e também da entrega de uns sofás ou móveis. -----

O senhor Arnaldo Frade sugeriu aos proponentes da proposta de Moção, a inclusão das entidades que deram o seu apoio na situação das cheias e que não foram mencionadas na mesma, em conformidade com o que foi informado pelo Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, senhor Joaquim Gonçalves, e pelo senhor Albano Mestre. --

O senhor Alexandre Rosa referiu que era importante que os proponentes da Moção se pronunciassem em relação à sugestão apresentada, para evitar mais intervenções no mesmo sentido.-----

Interveio o senhor Jorge Pinela, questionando por que razão não foram ainda entregues as verbas apuradas, quando as mesmas se destinam às pessoas mais necessitadas.-----

Relativamente à proposta de Moção, considerou que, pelo que já foi referido no âmbito da discussão da mesma, o seu conteúdo não corresponde totalmente à verdade, sugerindo que a mesma seja revista pelos proponentes, para que possa ser votada.-----

O senhor Joaquim Gonçalves esclareceu que a Segurança Social, em conjunto com a Junta de Freguesia de S. Domingos e a Protecção Civil, deu resposta imediata às situações mais complicadas, nas residências que foram completamente inundadas e cujo recheio foi destruído, fornecendo os bens de primeira necessidade.-----

Mais informou que a Junta de Freguesia tem uma reunião agendada com a Segurança Social para o dia dezoito do mês em curso, onde, com base no relatório existente sobre a situação, serão definidos e compatibilizados os apoios a prestar, nos quais será utilizada a verba apurada.-----

O senhor Francisco Roque referiu que é importante que a Assembleia Municipal reconheça o esforço de todas as entidades e pessoas que contribuíram para minorar os problemas que afectaram as populações das freguesias atingidas pelas cheias. Assim como considera que é importante referir o que correu mal, fazendo as devidas críticas, para que no futuro, em situações idênticas, se possam evitar o mesmo tipo de erros.-----

Mais referiu que também lhe parece que o texto da proposta de Moção está desfasado em relação ao que tem vindo a acontecer, pelo que questionou o senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, sobre os tempos de resposta por parte do Ministério da Segurança Social, e das Estradas de Portugal, relativamente à reparação da Estrada Nacional.-----

Questionou o senhor Albano Mestre no sentido de que precisasse, se tem havido reposta por parte do Ministério da Segurança Social face às solicitações que foram feitas, e se estão a ser tomadas medidas, dado que na Moção é referido que são passados setenta dias sem que tenha sido dado um conjunto de respostas.-----

O senhor Joaquim Gonçalves informou que foi muito positiva a intervenção das Estradas de Portugal, cujos trabalhos tiveram início na semana a seguir às cheias, graças também às diligências efectuadas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal e pela senhora Governadora Civil junto daquela entidade.-----

O senhor Albano Mestre esclareceu que os apoios dados pela Segurança Social foram os que atrás referiu.-----

Acrescentou que, no dia das intempéries e no dia seguinte, foi feito um levantamento dos prejuízos, os quais eram superiores aos que foram apresentados, um mês depois, numa reunião com a Segurança Social.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que no texto da proposta de Moção consta o seguinte: “... o Governo não ter tido contacto directo com os órgãos autárquicos ...”, contudo a informação que tem é que o Senhor Ministro da Administração Interna tentou vir ao Concelho, pelo que questionou se esta informação é correcta.-----

Enalteceu em seguida a postura do senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos, Joaquim Gonçalves, pela forma como interveio sobre este assunto.-----

Interveio o senhor Fernando Gonçalves, referindo que também a Freguesia de Vale de Água foi muita afectada pelas chuvas, sobretudo a Estrada para o Areal, onde foi necessário cortar o trânsito a viaturas pesadas, tendo em conta o mau estado em que ficou, necessitando de uma grande intervenção. Acrescentou que também os caminhos rurais ficaram danificados, alguns intransitáveis, o que obrigou a uma intervenção urgente da Junta de Freguesia.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que começou por referir que não é possível fazer nesta reunião um balanço completo dos prejuízos públicos e privados, da violência, dos sustos e dramas resultantes do temporal. Acrescentou que nunca é demais destacar a acção das pessoas e das entidades que estiveram na primeira linha de ajuda às populações atingidas, entre os quais destacou, os eleitos das freguesias, funcionários das Autarquias e Associações de Bombeiros.-----

Informou que foi elaborado um relatório, o qual foi remetido ao Senhor Presidente da República, a várias instituições, aos Grupos Parlamentares e aos Partidos Políticos, sobre os prejuízos em bens públicos e privados, cujos montantes são de cerca de 1.929.000 € (Um milhão novecientos e vinte e nove mil euros) e 330.000 € (Trezentos e trinta mil euros), respectivamente, para além da obra de reabilitação de um colector, em Abela, a qual tem que ser conjugada entre várias entidades, e que ascende a três milhões de euros. Acrescentou que também não foram incluídos no relatório referido os prejuízos na Agricultura, tendo a Associação de Regantes quantificado um valor de quatrocentos mil euros, entre os quais se destaca a destruição de quinhentos metros do canal e a inundação da estação elevatória, pondo em causa o sistema de rega. -----

Mais informou que a Associação de Regantes endereçou duas cartas ao senhor Ministro da Agricultura expondo a situação e solicitando apoio financeiro para as intervenções necessárias, não tendo obtido resposta, pelo que a Câmara Municipal dirigiu também uma carta ao Senhor Ministro da Agricultura colocando o problema, o qual respondeu informando que tinha delegado o assunto no senhor Secretário de Estado da Agricultura. Assim, a Câmara Municipal dirigiu outra carta a este responsável do Governo, solicitando uma reunião com a participação da Associação de Regantes, a fim de abordarem esta matéria. Acrescentou que, segundo informação da Associação de Regantes, há dinheiro para financiar estas situações, mas depende da autorização do Senhor Ministro. -----

Relativamente à Conta Solidária, informou que teve lugar uma reunião na Caixa Agrícola, na qual esteve presente conjuntamente com os Presidentes da Juntas de Freguesia mais afectadas e uma Técnica da Câmara Municipal, da área social, tendo sido acordado que a verba obtida seria distribuída, em partes iguais, à Junta de Freguesia de Abela e à Junta de Freguesia de S. Domingos. -----

Informou também sobre a iniciativa “Parada Solidária de Árvores de Natal”, cujo valor recebido ainda não foi apurado, para além dos dois concertos já referidos. -----

No que se refere à intervenção das Estradas de Portugal na ER 390, referiu que também foi importante o contributo da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP. -----

Acrescentou que o Senhor Presidente da ANMP o contactou para lhe mostrar a sua solidariedade e admitindo a possibilidade de convocar um Conselho Extraordinário para tratar esta matéria, tendo agradecido e transmitido ao Dr. Fernando Ruas que, em sua opinião, não seria necessário convocar o Conselho. -----

Informou ainda que a falta de drenagem na ER390 originou a retenção das águas, fazendo barragem, contribuindo para a destruição de três Estradas Municipais. Acrescentou que foi chamada a atenção das EP para esta situação, pelo que aquela via passou, agora, a ter um sistema de drenagem. -----

Mais referiu que estão em curso intervenções nas Estradas Municipais, e que já foi concluída a intervenção no colector em Abela, o qual estava bastante danificado. -----

Sobre a vinda do Senhor Ministro da Administração Interna ao Município, esclareceu que recebeu uma informação, no dia oito de Dezembro de dois mil e seis, já depois de ter declarado publicamente que não tinha sido contactado por nenhum membro do 17º Governo Constitucional. Nesse contacto, feito pela Senhora Governadora Civil, foi-lhe transmitido que, no dia seguinte, às dezasseis horas, o Senhor Ministro se deslocaria ao Município para uma reunião, tendo respondido que, apesar de ser dia de greve dos trabalhadores da Função Pública, iria informar o piquete, e que a reunião se realizaria nos Paços do Concelho, para a qual mobilizou todas as pessoas que deviam estar presentes na mesma, diligenciado assim no sentido de assegurar a sua concretização. Acrescentou que às dezanove horas do mesmo dia, foi informado que a reunião já não

iria ter lugar porque o senhor Ministro queria respeitar a greve, da qual não se tinha lembrado antes de marcar a reunião, e que aquela reunião se realizaria, sem falta, na semana seguinte. Contudo, não voltou a ser contactado nesse sentido, embora tenha questionado, a quem de direito, sobre o assunto. -----

Informou que, no dia onze de Novembro, foi contactado por um Jornalista do jornal “O Público”, o qual lhe perguntou, se sabia de uma deslocação que o Senhor Secretário de Estado da Administração Interna, Ascenso Simões, ia fazer ao Município de Odemira, onde iria reunir com o Presidente da Câmara Municipal de Odemira e com o Presidente da Câmara Municipal de Ourique, Autarquias Socialistas, para se inteirar dos problemas resultantes das intempéries, tendo respondido que nada sabia sobre este assunto e solicitado ao senhor Jornalista se lhe podia adiantar algumas informações sobre o mesmo, ao que este respondeu que esta questão estava a gerar mau estar entre os Autarcas, dado que não compreendiam a razão daquele responsável do Governo ir reunir somente com aquelas Autarquias quando outros Municípios tinham sido afectados pelas intempéries, entre os quais Santiago do Cacém, tendo respondido que, caso se confirmasse aquela visita, considerava que a mesma revelava uma atitude de dois pesos e duas medidas, a qual reprovava. -----

Mais informou que, no dia treze de Novembro, o jornal “O Público” publicou uma notícia com o título: “Ascenso Simões acusado de privilegiar Socialistas Alentejanos”, onde o Jornal informa sobre o assunto e refere nomeadamente, que o Presidente da Câmara de Ourique se queixou da falta de meios financeiros para fazer face aos prejuízos, os quais ascendem a quinhentos mil euros, tendo o Senhor Secretário de Estado garantido que não o deixaria ao abandono e que faria o possível para o auxiliar, enquanto o Senhor Governador Civil de Beja vem negar que a visita daquele responsável do Governo tivesse o intuito de discriminar os Autarcas com base em critérios partidários, acrescentando que estava previsto que aquela visita fosse feita pelo Senhor Ministro da Administração Interna, o que não foi possível, devido à sua necessária presença na discussão do Orçamento de Estado. Justificação esta diferente da que lhe foi apresentada para adiar a reunião em Santiago do Cacém. -----

Concluiu referindo que, até hoje, os Autarcas de Santiago do Cacém não tiveram a possibilidade de reunir com um membro do 17º Governo Constitucional, para expor os problemas que afectam o Município em consequência do temporal, quando há um conjunto de bens públicos e privados que precisam de apoios para serem recuperados. Acrescentou que os apoios pontuais da Segurança Social, em Abela, foram concedidos a sete pessoas, num total de quarenta pessoas que foram atingidas. Em S.Domingos foram apoiadas três pessoas, quando há mais pessoas afectadas, inclusive a destruição total de uma moradia. Por outro lado, referiu que os prejuízos nos bens públicos são de tal monta, que é necessário e urgente o diálogo entre a Câmara Municipal e a Administração Central no sentido de serem disponibilizados mecanismos financeiros que possibilitem ao Município intervir.-----

Interveio novamente o senhor Albano Mestre, para informar que a Junta de Freguesia de Abela enviou, no dia 13 de Novembro de 2006, uma carta ao Senhor Primeiro Ministro sobre o assunto em apreço, à qual, até hoje, não obteve resposta. No dia 10 de Novembro de 2006, receberam resposta do Ministério da Administração Interna, informando que o assunto tinha sido remetido para a Secretária de Estado. Em 29 de Novembro de 2007, receberam um ofício do Senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministério das Obras Públicas, no qual é referido que o canal na ER 390, em Abela, é Municipal, pelo que não é da sua competência. Acrescentou que em 8 de Janeiro de 2007, a Junta de Freguesia de Abela devolveu o postal de Boas Festas enviado pelo Senhor Primeiro Ministro. -----

O senhor Francisco Roque referiu que, face ao exposto ao longo da discussão pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos e pelo representante do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abela, pode concluir que têm sido dadas respostas pelos diferentes organismos do Estado, umas mais satisfatórias outras menos, ao contrário do que é referido no segundo ponto da Moção, pelo que não a poderá votar favoravelmente. -----

Mais referiu que a Assembleia Municipal podia dar um sinal político, alertando o Ministério da Administração Interna para a eventual dualidade de critérios, no caso de o mesmo dar garantias na cobertura de determinados prejuízos a Municípios do Distrito de Beja, não o fazendo relativamente aos Municípios do Distrito de Setúbal. -----

Referiu ainda que se fala, há mais de vinte anos, das consequências das alterações climáticas, cujos efeitos se estão a fazer sentir e que se poderão agravar no futuro, o que vem agravar as preocupações dos eleitos relativamente ao ordenamento, sobretudo no que se refere à construção nos meio urbano e no meio rural e às vias de circulação, recaindo cada vez mais a responsabilidade sobre os eleitos nas autarquias e sobre as populações, no referente à forma como estão a desenhar as suas cidades. -----

O senhor Joaquim Gonçalves referiu que o facto da ER 390 não ter drenagem originou a enxurrada que levou à destruição das Estradas Municipais 1075, 1022, de Montes Alhos e do Monte Alto, algumas das quais tinham sido recentemente intervencionadas, sendo necessário para a sua recuperação uma verba superior à que vai ser despendida para a reparação da ER 320 e que se estima em cerca de seiscentos mil euros. Acrescentou que a realidade é que nenhuma entidade se interessou por esta situação e que, sem apoio da Administração Central, dificilmente a Câmara Municipal poderá recuperar aquelas vias, até porque, terá de intervir em todas as outras vias do Município que ficaram danificadas. Pelo que, considera que deve ser feito um apelo, por parte da Assembleia Municipal através da Moção em apreço e por outras formas, para que o Governo tenha em atenção esta situação. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, considerando que as intervenções do senhor Joaquim Gonçalves e do senhor Presidente da Câmara Municipal, vem confirmar que o texto da Moção não está conforme os factos, nomeadamente no que se refere aos contactos relativos à reunião com o senhor Ministro da Administração Interna. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que não foi contactado por qualquer membro do 17º Governo Constitucional, mas sim pela senhora Governadora Civil, que o informou sobre aquela reunião, a qual devia ter tido lugar no dia 9 de Novembro de 2006, não tendo havido qualquer contacto por parte do senhor Ministro ou do seu Gabinete. Acrescentou que a senhora Governadora Civil não é membro do 17º Governo Constitucional, o qual é constituído pelo senhor 1º Ministro, Ministros e Secretários de Estrado, e que em termos do Protocolo de Estado, a senhora Governadora Civil está abaixo do Presidente da Câmara Municipal. -----

Mais informou que por parte do Ministério da Administração Interna, até hoje, não houve resposta ao relatório detalhado sobre os prejuízos causados pela intempérie, o qual remeteu logo a seguir aos acontecimentos. -----

Ainda no que se refere a relações institucionais, referiu que o líder da Federação Distrital do PS, que é Deputado na Assembleia da República, o contactou para informar que o Grupo Parlamentar do PS estava a fazer todas as diligências possíveis para que algum membro do Governo se deslocasse ao Município, o que até hoje não se verificou. Informou ainda que contactou outros Presidentes de Câmaras Municipais da região centro do País, cujos Municípios também foram atingidos pelas intempéries, nomeadamente o Presidente da Câmara Municipal de Pombal, a quem o Governo

prometeu apoios, o qual lhe transmitiu que, até agora, não tinha recebido qualquer ajuda da Administração Central. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade começando por referir que o Decreto-Lei 252, estabelece que o Governador Civil é o representante do Governo no Distrito, pelo que considera natural que o contacto com o senhor Presidente da Câmara Municipal tenha sido feita pela senhora Governadora Civil. -----

Referiu ainda o facto de, numa rotunda, em Abela, ainda não terem sido repostas as pedras da calçada, questionando o senhor Albano Mestre, se considera que é por falta de dinheiro que a Câmara Municipal ainda não resolveu este problema tão simples, tendo em conta que o senhor Albano referiu que a Segurança Social, no dia seguinte às intempéries, já devia ter comprado o equipamento para fornecer às pessoas. -----

O senhor Albano Mestre informou que foram pedidos orçamentos e já foram feitas algumas encomendas para a reposição da calçada, esclarecendo que não se trata de uma pedra qualquer, é pedra preta e vermelha, sendo, sobretudo esta última, difícil de encontrar. Contudo, informou que algumas Autarquias ofereceram algum deste material, pelo que a calçada naquela rotunda será repostada o mais rapidamente possível, acrescentando que foi dada prioridade à resolução dos problemas que mais afectavam as pessoas. -----

Mais informou que as intervenções mais prioritárias, em Abela, algumas das quais já foram feitas pelas Autarquias, são nomeadamente os arranjos no túnel e nos passeios da ER 390, a limpeza de habitações; o arranjo de um túnel que passa por debaixo dos logradouros de várias moradias, a desobstrução de linhas de água, o enchimento de passeios, os muros junto à ER 390 e o arranjo de muitos caminhos rurais. -----

O senhor Alexandre Rosa referiu que, quando na primeira reunião desta Sessão da Assembleia Municipal, ouviu o senhor José Catalino dizer que este assunto era importante, sendo necessário uma hora ou hora e meia para o discutir, pensou que se vinha discutir os problemas causados pelas intempéries no Município para ver como é que se podiam resolver. Contudo, o que verifica é que a discussão nesta reunião se desenvolve com base numa proposta de Moção, cujo conteúdo não é verdadeiro, não visando discutir, literalmente, nada, mas sim exigir, lamentar, denunciar, mostrar indignação e congratular-se com a acção de todas as entidades e pessoas, desde que não sejam do Governo e da Administração Central, quando, em sua opinião, a reunião podia ter sido iniciada com a apresentação, por parte da Câmara Municipal, do ponto de situação relativo aos acontecimentos e suas consequências. -----

Mais referiu que contactou o senhor Presidente da Câmara Municipal, na manhã seguinte às intempéries, para se solidarizar e se inteirar da gravidade dos problemas que estavam a acontecer, ficando estarecido com a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal, na noite desse mesmo dia, na Televisão, considerando lamentável a sua postura crítica e só crítica, como se não tivesse acontecido nada nesse dia, porque a sua grande preocupação era o facto de não estar ninguém do Governo nos locais dos acontecimentos, considerando que as declarações que fez não eram no sentido de tratar dos problemas que estavam a acontecer, mas sim para chamar a atenção de que não estava ali ninguém do Governo, quando as informações de que dispunha indicavam que havia representantes do Governo no terreno. Acrescentou que a mesma opção crítica e desajustada está reflectida no texto da proposta de Moção em apreço, referindo que o seu conteúdo é lamentável porque não tem aderência à realidade, dado que só o que refere de verdade são os acontecimentos em si e as entidades que tiveram na primeira linha, no terreno, e nem sequer refere que alguns problemas já foram resolvidos, embora saiba que muitos ainda não tiveram resolução. -----

Mais referiu que para se encontrarem soluções e para que os problemas sejam levados a sério, tem que ser dita a verdade, porque só assim se poderá diligenciar no sentido das autoridades locais, regionais e nacionais assumirem as suas responsabilidades.-----

Referiu ainda que o Presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos está a discutir os prejuízos com a Segurança Social, de uma forma racional, ordenada e sistemática, para analisarem como actuar complementarmente, de forma a afectar os fundos recolhidos solidariamente no Município, acrescentando que esta postura o deixa confortável em relação ao comportamento das instituições públicas neste processo.-----

Acrescentou que o que está em causa no Município e em particular nas freguesias mais afectadas, é a efectiva resolução dos problemas, pelo que, caso hoje, habitantes de Abela e de S. Domingos tivessem vindo assistir à presente reunião, pensando que a mesma se destinava a discutir os problemas que os afecta, como era esperado, ficariam desiludidos com a forma como o assunto tem vindo a ser abordado.-----

Em relação à anunciada visita do Senhor 1º Ministro, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a resposta que deu à Senhora Governadora Civil, se lhe disse: “cá estaremos embora seja greve” ou se foi assim: “estamos em greve, não podemos cá estar, mas vamos ver”, porque considera que a forma como foi dada a resposta faz toda a diferença.-----

Acrescentou que já sabia que a Câmara Municipal de Santiago do Cacém fazia “lock-out” quando há greve, o que é proibido pela Constituição.-----

Mais referiu que a greve é feita pelos trabalhadores e não pela Câmara, pelo que gostaria que o Senhor Presidente da Câmara Municipal revisse a forma de gerir esta Instituição Pública.-----

Referiu ainda saber que, no dia seguinte às inundações, houve quem tentasse contactar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, sem êxito, o que não aconteceu consigo no contacto que fez como membro da Assembleia Municipal.-----

Concluiu, referindo que considera estas matérias demasiado sérias, pelo que esperava que nesta reunião da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal fizesse um ponto de situação sobre o assunto, o que seria mais útil e interessante, do que estar a discutir uma Moção em cujo texto não se revê, lamentado que a discussão tenha sido levada para questões político/partidárias, quando algo tão grave aconteceu no Município.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que está na Assembleia Municipal como está na vida pública e, com todo o respeito, não recebe lições de ninguém relativamente a matérias que se prendam com relações institucionais, acrescentando que o mesmo não acontece com outras pessoas que poderão ter que se explicar como é que se comportaram com o Presidente da Câmara Municipal em actos públicos, assunto que, em breve, irá abordar.-----

Mais referiu que veio para esta reunião da Assembleia Municipal com o propósito de abordar o drama e os prejuízos que resultaram dos acontecimentos, de três e quatro de Novembro do ano transacto, lembrando aos presentes que foi a Câmara Municipal que esteve, desde a primeira hora, a acompanhar a situação e que, à meia-noite e dez minutos, antes dos acontecimentos, já estavam accionados os mecanismos da Protecção Civil para intervir.-----

Acrescentou que a sua postura nesta reunião é a que sempre tem tido, de respeito pela metodologia adoptada pelo senhor Presidente da Assembleia na condução dos trabalhos, na qual não deve interferir.-----

Mais referiu que considera que a afirmação do senhor Alexandre Rosa, de que a Câmara Municipal fez “lock out”, teve como objectivo desviar a atenção do assunto em discussão. Acrescentou que os trabalhadores fazem greve quando entendem, esperando

que este seu direito fundamental não esteja a ser posto em causa, esclarecendo que o piquete de greve é responsável pela segurança no edifício, pelo que, nesses dias, quando a maioria dos trabalhadores fazem greve, as instalações Municipais não podem estar abertas sem que a sua segurança possa ser garantida. Mais esclareceu que a Câmara Municipal não faz greve e que nesse dia houve uma sessão do Orçamento Participado. - Referiu também que, se o senhor Ministro da Administração Interna não veio ao Município, no dia da greve, foi porque não quis, dado que, por parte da Câmara Municipal, foram criadas todas as condições para o receber, não o tendo feito, até hoje, apesar da informação de que viria na semana seguinte. -----

Referiu ainda que o que se pretende tratar com o Ministério da Administração Interna, é a questão dos apoios necessários para fazer face aos avultados prejuízos, dado que as Autarquias não têm capacidade financeira para resolver todos os problemas resultantes desta situação, dando como exemplos, uma casa, em S. Domingos, que ficou destruída e cuja recuperação se estima em quarenta e cinco mil euros, bem como a intervenção numa Estrada Municipal, a qual se estima em quinhentos mil euros.-----

O senhor Albano Mestre solicitou ao senhor Presidente que fosse feito um pequeno intervalo para os subscritores da Moção reverem o texto da mesma, tendo em conta as questões levantadas durante a sua discussão. -----

Interveio o senhor Jaime Cáceres, começando por lamentar algumas afirmações que foram feitas no âmbito da discussão da proposta de Moção, por pessoas que não acompanharam a situação.-----

Acrescentou que o problema das intempéries atingiu todas as freguesias do Município, umas mais e outras menos, referindo que na Freguesia de Santo André os caminhos rurais ficaram intransitáveis, houve desmoronamento de terras e algumas residências foram inundadas, informando que, graças à intervenção dos trabalhadores da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal e com a ajuda dos Bombeiros, grande parte dos problemas já foram ultrapassados.-----

Mais referiu que pode testemunhar, na manhã seguinte ao temporal, os enormes estragos em Abela: os passeios destruídos, as casas das pessoas cheias de lama, uma autêntica catástrofe, tendo também verificado que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal tinham mobilizado todos os meios para melhorar a situação e, em conjunto com a população, deram o seu melhor para a resolução dos problemas mais imediatos. Acrescentou que muito já se fez, tendo em conta a dimensão dos problemas. -----

Referiu ainda que, tendo em conta o que tem vindo a acontecer nesta Assembleia, lhe parece que há dois ou três membros que estão deslocados na mesma, porque considera que o dever dos eleitos nesta Assembleia Municipal é defender o Município e não o Governo, referindo que a Moção não pode enaltecer o Governo por aquilo que não fez, e que a mesma deve ser votada tal como está e sem mais demoras, porque se está a perder tempo, dado que, em sua opinião, quem está a levantar objecções ao texto da mesma, está pouco interessado na resolução dos problemas dos munícipes de Santiago do Cacém, caso contrário, teria feito propostas concretas para a sua alteração, não se limitando a colocar questões relativas à participação de entidades da Administração Central e a criticar a Câmara Municipal de forma negativa. Pelo que, considera que existe muita hipocrisia por parte da bancada do PS, quando sabem que, por parte do Governo tem havido dualidade de critérios no tratamento deste assunto, como é exemplo o facto do Secretário de Estado, Ascenso Simões, se ter deslocado para tratar do mesmo tipo de problemas com o Presidente da Câmara de Odemira e com o

Presidente da Câmara de Ourique, não se preocupando com o que aconteceu em Santiago do Cacém. -----

Mais referiu que é importante a obra da ER 390 que está a ser executada pelas Estradas de Portugal, mas importa não esquecer que foi a falta de drenagem naquela via que levou à destruição de algumas Estradas Municipais. -----

Concluiu referindo que o Município precisa de apoio para fazer face à situação e que é na procura do mesmo que todos os eleitos se devem empenhar, para benefício das populações. -----

Interveio o senhor Alexandre Rosa, referindo que da parte dos eleitos do PS não existe hipocrisia como foi referido, acrescentando subscrever a intervenção do senhor Jaime Cáceres no que se refere à necessidade de todos se unirem para a resolução dos problemas. -----

Mais referiu que os membros da Assembleia têm legitimidade para dizer o que pensam sobre os assuntos em discussão, porque todos foram eleitos pelas populações. -----

Concluiu, referindo mais uma vez que lamenta que esta reunião não se tenha centrado na análise dos problemas em vez de uma discussão à volta do texto de uma Moção que não traduz a realidade do que sucedeu, apelando para que a mesma não seja aprovada nestas condições.-----

Acrescentou que os eleitos do PS se solidarizam com as populações e estão disponíveis para ajudar no que poderem. -----

O senhor Carlos Pereira Dias referiu que não havia necessidade deste tipo de discussão sobre um assunto que lhe parecia pacífico Acrescentou que respeita a proposta, com a qual, concorda, na generalidade, respeitando sobretudo a boa intenção do proponente, embora lhe pareça que a mesma devia ser reformulada, porque considera que as críticas feitas à Administração Central não são totalmente justas, dado que houve alguma resposta, embora não tenha sido suficiente. Acrescentou que a Moção também não faz uma alusão directa aos prejuízos na agricultura, os quais foram substanciais nas zonas de S. Domingos e Alvalade, sendo necessária a intervenção da Administração Central, sobretudo no canal de rega.-----

Recomendou em seguida ao senhor Presidente da Câmara Municipal para, quando tiver lugar a reunião com os responsáveis da Administração Central, fazer lembrar que já teve prevista a construção de uma barragem, em Moinho de Escaravelhos, a qual teria minimizado os problemas que agora afectaram S. Domingos, mas que tem vindo a ser adiada por sucessivos governos, incluindo os governos do seu partido. -----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que recebeu o CD sobre os acontecimentos, onde também consta a inundação de um túnel em Ermidas, acrescentando que, como Presidente da Assembleia de Freguesia acompanhou a situação com o senhor Presidente daquela Junta de Freguesia, incluindo as filmagens feitas pela Televisão, e não receberam qualquer telefonema por parte do senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo que não compreende porque se queixa da falta de contacto da Administração Central.-----

Recomendou em seguida ao senhor Presidente da Câmara Municipal que promova uma reunião com o Governo Civil, no sentido deste sensibilizar o Governo para o receber, a fim de que possa demonstrar o que falta fazer, e que, sendo da responsabilidade da Autarquia, o Governo possa apoiar.-----

O senhor Jorge Pinela referiu que a impressão que tem é que esta Moção, apesar do assunto ter sido agendado para a presente Sessão, não estava feita aquando da primeira reunião, em 21 de Dezembro de 2006. Acrescentou que esperava que fossem discutidos os problemas e se falasse sobre o que está feito e sobre a forma de concretizar o que ainda falta fazer, o que não aconteceu.-----

Mais referiu que a Moção devia ir no sentido de reivindicar, a quem de direito, os apoios necessários para concretizar o que falta fazer. Acrescentou que há questões que foram omitidas na proposta de Moção, e que, quando são apresentados agradecimentos a várias entidades, embora não seja contra, lembrou que as mesmas actuaram cumprindo com as suas competências.-----

O senhor Francisco Roque referiu que se revê, de uma forma geral, nas preocupações que têm sido levantadas, não se revendo na tentativa de capitalização política/partidária, desta questão, porque não vai resolver os problemas. Acrescentou que o que o preocupa é qual vai ser a resposta do Governo, dado que, embora já tenha havido alguma resposta, não foi a suficiente, considerando que a Moção o devia referir e que a Assembleia Municipal devia dar um sinal às diferentes entidades, não só enaltecendo o que foi feito, mas também solicitando, sugerindo, exigindo até, outro tipo de respostas.-

Mais referiu que não põem em causa nem dúvida do empenho que as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal têm tido para resolver os problemas. -----

Referiu também que não lhe parece que haja alguma vantagem numa recomendação à Câmara Municipal no sentido de agendar uma reunião com o Governo Civil ou com algum órgão do Governo, porque lhe parece óbvio que a Câmara está a diligenciar nesse sentido.-----

Referiu ainda subscrever as posições dos eleitos municipais que tem apelado no sentido dos proponentes da proposta de Moção reverem o seu texto para que possa ter uma maior base de apoio, porque preferia não entender esta Moção como uma posição política de eventual contestação, inclusive, ao Governo, mas sim como um sinal que a Assembleia Municipal de um Município que foi particularmente flagelado pelas cheias deve dar. Acrescentou que, pessoalmente e como eleito do BE, não vai fazer nenhum favor nem ao Governo do PS nem à Câmara CDU, porque apesar de ser oposição construtiva não deixam de ser oposição, sendo que a sua preocupação e a do BE é tentar fazer com que os problemas sejam resolvidos. -----

INTERVALO -----

O senhor Presidente anunciou um intervalo nos trabalhos, de sete minutos, para revisão do texto da proposta de Moção por parte dos proponentes. -----

Retomados os trabalhos, o senhor Presidente colocou para votação a **proposta de Moção** acima transcrita com as alterações efectuadas que constam em negrito, tendo a mesma sido **aprovada, por maioria**, com dezasseis votos a favor, dos senhores Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, Albano Joaquim Mestre Pereira, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos, eleitos da CDU. Dez votos contra, cinco dos eleitos do PS, senhores, Alexandre António Cantigas Rosa, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, quatro dos eleitos do PSD, senhores, Carlos Manuel Lourenço Pereira Dias, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela e um do senhor Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, eleito do BE. ---

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Jorge Pinela, foi apresentada a seguinte declaração de voto: “Os eleitos do PSD lamentam votar contra, mas constataram que há verdades que foram claramente ditas durante a discussão e que não constam na Moção”.

RECOMENDAÇÃO – AGENDAMENTO DE REUNIÃO COM O GOVERNO CIVIL-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para se pronunciar sobre a recomendação feita pelo senhor Arnaldo Frade. -----

O senhor presidente da Câmara começou por referir que, salvo nesta matéria, nunca houve obstáculos no agendamento de reuniões a nível dos Ministérios, acrescentando que faz todo o sentido continuar a insistir no agendamento de uma reunião com o senhor Ministro da Administração Interna ou com o senhor Secretário de Estado e, caso estes membros do Governo entendam que a senhora Governadora Civil deve estar presente, considera que é uma questão interna do Governo. -----

Mais referiu que, tendo em conta os antecedentes relativos a este processo e porque há o compromisso do Ministério da Administração Interna com a Câmara Municipal relativamente à realização de uma reunião, considera extemporânea a recomendação do senhor Arnaldo Frade sobre esta matéria. -----

O senhor Arnaldo Frade referiu que o senhor Presidente da Câmara tem o direito de agir como entender relativamente a este assunto, acrescentando que os eleitos do PS farão as diligências possíveis sobre estas matérias que afectam o Concelho.-----

5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a informação sobre a actividade da Câmara Municipal, de Setembro e Outubro de dois mil e seis, destacando algumas das acções nele contidas, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número um, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

O senhor Arnaldo Frade questionou o senhor Presidente da Câmara sobre, se foi ou não atribuída uma verba de apoio ao Núcleo da Cruz Vermelha Portuguesa de Ermidas Sado, no ano anterior. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que ainda não tinha esta informação.

O senhor Arnaldo Frade referiu que, no dia quatro do mês em curso, foi aprovada uma Moção sobre o Orçamento Participado na Assembleia de Freguesia de Ermidas Sado, cuja votação não teve votos contra, a qual foi enviada para a Câmara e para a Assembleia Municipal, para que da mesma fosse dado conhecimento, contudo, sabe que, até agora, não foi presente a reunião da Câmara Municipal. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que lhe compete a si decidir o que é agendado para a reunião de Câmara. -----

O senhor Francisco Roque recomendou ao senhor Presidente da Assembleia que distribuísse aquela Moção pelos membros da Assembleia. -----

O senhor Presidente referiu que decidirá sobre o assunto. -----

REQUERIMENTO-----

Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentado o seguinte “REQUERIMENTO-----

Nos termos regimentais, o GMPSAS vem por este meio requer ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que solicite, à Câmara Municipal, um quadro demonstrativo, para posterior envio a este Grupo Municipal, contendo a seguinte informação: -----
Qual o número de funcionários municipais colocados em cada Freguesia, com referência a: -----

- Tarefas que devem assegurar; -----
- Categoria e qualificação profissional que detêm;-----

- Se desenvolvem o seu trabalho na área da Freguesia no âmbito de uma delegação de competências com essa Autarquia reportando a ela em termos de organização de trabalho.-----
- Se desempenham as suas funções na área da Freguesia em dependência directa da Câmara Municipal. -----
- Natureza jurídica da relação contratual.” -----

PROPOSTA -----

Pelo senhor Arnaldo Frade foi apresentada a seguinte “PROPOSTA -----
Vivemos uma época em que a aproximação entre os órgãos políticos de natureza representativa, os cidadãos e os grupos assume relevo e se afigura como desejável.-----
Ao longo dos tempos, poucos têm sido os munícipes que se têm disponibilizado para participar, nomeadamente através do espaço de tempo que a lei lhes atribui para intervir nas reuniões públicas dos órgãos deliberativos das autarquias. -----
Serão certamente múltiplas as razões que nos trouxeram até aqui. -----
Porque é preciso introduzir mudanças e promover uma cada vez maior participação dos cidadãos, nomeadamente através da criação de melhores condições de proximidade; ----
Em nome de um maior estreitamento de relações entre os órgãos políticos e os munícipes e procurando criar acrescidas possibilidades de participação na formação das decisões políticas que lhes dizem respeito **propomos:** -----
- Que a Assembleia Municipal promova reuniões de forma descentralizada por todas as Freguesias;-----
- Que a periodicidade da descentralização se concretize através de reuniões a realizar, de forma alternada, entre a Sede do Município e cada uma das suas onze Freguesias.” --
O senhor Arnaldo Frade referiu que a discussão desta proposta pode ser remetida para a próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela senhor Primeiro Secretário a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta.-----
Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer. -----
Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade. -----
Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram vinte e quatro horas. -----
Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.----

